

Jeton já provoca reclamações

BRÁSILIA AGÊNCIA ESTADO

Mendes Ribeiro (PMDB-RS), o deputado mais votado do Rio Grande do Sul, decidiu não receber **Jeton** por seu comparecimento às sessões da Câmara. Ele abriu mão de Cz\$ 13.407,90. Receberá 14 mil de subsídios entre a parte fixa e a variável. E mais 32 mil cruzados referentes à parte não tributável, assim dividida: 26 mil de taxa de transportes e seis mil de verba de gabinete. Se não quiser apartamento funcional, terá direito a 15 mil cruzados de auxílio-moradia, que também não paga Imposto de Renda. A Câmara, porém, depositará todo o fim de mês, em sua conta na agência do Banco do Brasil, a remuneração integral. O deputado gaúcho terá, então, de doar o que não quiser incorporar a seus rendimentos.

O senador Gérson Camata (PMDB), ex-governador do Espírito Santo, apresentará proposta disciplinando a presença dos constituintes nas sessões plenárias e nas comissões, para estabelecer que quem faltar, além de perder o **Jeton** do dia, ficará cinco dias suspenso — sem direito a usar a tribuna e sem direito a perceber os **Jetons**.

A remuneração dos parlamentares, tem sido sempre objeto de polémica. Antes não havia, na Constituição, dispositivo dizendo que eles teriam seus subsídios aumentados nos

mesmos níveis do funcionalismo federal da União. Os aumentos eram votados em cada Casa Legislativa, em meio a acesos debates. A bancada da UDN geralmente combatia a majoração, negando-se a dar **quorum**, refugiada no café da Câmara. Depois de aprovado o reajuste, os udenistas voltavam ao plenário onde se confraternizavam com os que haviam submetido ao degaste de defender o aumento. No fim do mês, todos, porém, recebiam a melhoria sem protestos.

Durante os primeiros anos de Brasília, pagou-se a "dobradinha", gratificação que praticamente duplicava os salários do funcionalismo trazido do Rio para cidade tão insípita. Em pouco tempo, de ministros dos Tribunais Superiores a senadores e deputados, todos estavam recebendo a "dobradinha", ao arrepio da lei, menos os deputados Pedro Aleixo (UDN-MG) e monsenhor Arruda Câmara (PDC-PE). O próprio Pedro Aleixo apresentou projeto regulamentando a "dobradinha" que nunca quis receber. Câmara, porém, depois da legalização da gratificação, foi ao Banco do Brasil e embolsou as gratificações atrasadas que até então não quisera receber.

Na gestão Flávio Marcílio (1979/1980) criou-se o auxílio-transporte, verba destinada a custear a locomoção dos deputados em seus respectivos Estados. O ex-deputado

Herbert Levy, que foi da antiga UDN, anunciou que não aceitava a melhoria. Marcílio ameaçou: "Se um deputado não quiser receber, suspendo o pagamento de todos". Temendo ficar mal com toda a Casa, Levy se rendeu.

Deputados federais, que saíram das Assembléias Legislativas de seus Estados, assinalam que lá ganhavam mais e já estão reclamando mais salários. Para a Constituição um deputado estadual pode receber até dois terços do que recebe um deputado federal. As Assembléias, porém, engenhosamente, fizeram seus cálculos sobre tudo o que o deputado recebe de subsídios, **jetons**, verba para manutenção de gabinete, apartamento e passagens aéreas.

Na Assenbléia do Maranhão até dezembro, um deputado ganhava 51 mil cruzados.

"Na do Rio Grande do Sul, um deputado tem 20 mil cruzados para encargos de gabinete. Aqui, nós temos apenas seis", queixa-se Amaury Müller (PDT-RS).

"Deputado estadual em Mato Grosso ganha 30% a mais que deputado federal. Tem direito a um carro Escort e cota de gasolina ilimitada", denuncia Percival Muniz (PMDB-MT). Eduardo Bonfim, do PC do B de Alagoas, confirma: "Em Alagoas, o deputado estadual ganha sessenta mil. Tem direito a carro oficial e 500 litros de gasolina por mês".